

SEE-SP

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
DE SÃO PAULO

Professor de Ensino Fundamental
e Médio- HISTÓRIA

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES Nº 01/2023

CÓD: SL-118MA-23
7908433236764

Como passar em um concurso público?

Todos nós sabemos que é um grande desafio ser aprovado em concurso público, dessa maneira é muito importante o concurseiro estar focado e determinado em seus estudos e na sua preparação. É verdade que não existe uma fórmula mágica ou uma regra de como estudar para concursos públicos, é importante cada pessoa encontrar a melhor maneira para estar otimizando sua preparação.

Algumas dicas podem sempre ajudar a elevar o nível dos estudos, criando uma motivação para estudar. Pensando nisso, a Solução preparou esta introdução com algumas dicas que irão fazer toda a diferença na sua preparação.

Então mãos à obra!

- Esteja focado em seu objetivo: É de extrema importância você estar focado em seu objetivo: a aprovação no concurso. Você vai ter que colocar em sua mente que sua prioridade é dedicar-se para a realização de seu sonho;
- Não saia atirando para todos os lados: Procure dar atenção a um concurso de cada vez, a dificuldade é muito maior quando você tenta focar em vários certames, pois as matérias das diversas áreas são diferentes. Desta forma, é importante que você defina uma área e especializando-se nela. Se for possível realize todos os concursos que saírem que englobe a mesma área;
- Defina um local, dias e horários para estudar: Uma maneira de organizar seus estudos é transformando isso em um hábito, determinado um local, os horários e dias específicos para estudar cada disciplina que irá compor o concurso. O local de estudo não pode ter uma distração com interrupções constantes, é preciso ter concentração total;
- Organização: Como dissemos anteriormente, é preciso evitar qualquer distração, suas horas de estudos são inegociáveis. É praticamente impossível passar em um concurso público se você não for uma pessoa organizada, é importante ter uma planilha contendo sua rotina diária de atividades definindo o melhor horário de estudo;
- Método de estudo: Um grande aliado para facilitar seus estudos, são os resumos. Isso irá te ajudar na hora da revisão sobre o assunto estudado. É fundamental que você inicie seus estudos antes mesmo de sair o edital, buscando editais de concursos anteriores. Busque refazer a provas dos concursos anteriores, isso irá te ajudar na preparação.
- Invista nos materiais: É essencial que você tenha um bom material voltado para concursos públicos, completo e atualizado. Esses materiais devem trazer toda a teoria do edital de uma forma didática e esquematizada, contendo exercícios para praticar. Quanto mais exercícios você realizar, melhor será sua preparação para realizar a prova do certame;
- Cuide de sua preparação: Não são só os estudos que são importantes na sua preparação, evite perder sono, isso te deixará com uma menor energia e um cérebro cansado. É preciso que você tenha uma boa noite de sono. Outro fator importante na sua preparação, é tirar ao menos 1 (um) dia na semana para descanso e lazer, renovando as energias e evitando o estresse.

A motivação é a chave do sucesso na vida dos concurseiros. Compreendemos que nem sempre é fácil, e às vezes bate aquele desânimo com vários fatores ao nosso redor. Porém tenha garra ao focar na sua aprovação no concurso público dos seus sonhos.

Como dissemos no começo, não existe uma fórmula mágica, um método infalível. O que realmente existe é a sua garra, sua dedicação e motivação para realizar o seu grande sonho de ser aprovado no concurso público. Acredite em você e no seu potencial.

A Solução tem ajudado, há mais de 36 anos, quem quer vencer a batalha do concurso público. **Vamos juntos!**

O concurso SEE-SP é uma oportunidade única para quem deseja ingressar no serviço público como servidor da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Por isso, é importante se preparar adequadamente para enfrentar essa prova desafiadora. A Editora Solução se orgulha de apresentar uma apostila exclusiva para Conhecimentos Específicos - Especialidade, a fim de auxiliar os estudantes a alcançar seus objetivos.

Nosso material foi organizado de forma a introduzir o aluno no que é cobrado pelo edital e nas principais bibliografias indicadas para o concurso. Ressaltamos que a apostila é uma ferramenta introdutória e complementar aos estudos. Para obter um conhecimento completo, é fundamental que o estudante vá atrás de cada bibliografia e documento oficial indicado no edital.

Nossa apostila visa auxiliar na compreensão dos principais pontos cobrados no edital, assim como fornecer uma base teórica sólida para a resolução de questões. Acreditamos que, com dedicação e empenho, nossos alunos terão sucesso nesse desafio.

É importante lembrar que, além do conteúdo abordado na apostila, o edital do concurso SEE-SP também exige conhecimentos específicos em outras áreas. Por isso, é fundamental que o estudante busque informações complementares em outras fontes.

Por fim, ressaltamos a importância do estudo sério e constante, bem como a dedicação ao aprendizado. Desejamos a todos um excelente preparo e sucesso no concurso SEE-SP. A Editora Solução está à disposição para auxiliar no que for preciso.

Conhecimentos

1. Das correntes teórico-metodológicas da História e da historiografia, visando compreender a historicidade da produção do conhecimento e de seus conceitos e narrativas	7
2. Das diferentes fontes históricas e linguagens como ferramentas de apoio e suporte para o processo de ensino e aprendizagem no cotidiano de sala de aula	7
3. De diferentes e múltiplas temporalidades – tempo social, tempo cronológico e tempo histórico – dentro de um movimento dialético com ritmos variados e simultâneos de tempo no decorrer da História que expressam a diversidade das experiências humanas, por meio de suas múltiplas manifestações	8
4. Da História e seus paradigmas para além da periodização tradicional – dentro das modalidades temporais (História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea) e espaciais (História da África, Oriente, Europa, América e do Brasil) – problematizando temas e ressignificando a interpretação e construção do conhecimento histórico.....	8
5. Dos patrimônios: históricos, naturais, culturais (materiais e imateriais), que representam conhecimentos, valores, crenças e práticas de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço	9
6. Da preservação da memória individual e coletiva como reconstrução de identidades, experiências vividas no passado e direito à cidadania, diferenciando da memória oficial de camadas privilegiadas em diversas sociedades historicamente situadas.....	9
7. De elementos socioculturais que constituem a formação histórica brasileira, promovendo o estudo das questões da alteridade e a análise de situações históricas de reconhecimento e valorização da diversidade, responsáveis pela construção das identidades individual e coletiva.....	10
8. Das principais características das civilizações antigas quanto à organização da vida material e cultural, considerando questões centrais como o surgimento do Estado e as formas de sociedade e de religiosidade	12
9. Da Idade Média a partir de suas relações de poder, as práticas econômicas e sociais, o renascimento urbano e as experiências religiosas	13
10. Das sociedades escravistas, agenciadores e comércio de escravos, formas de acumulação e relações de dominação na antiguidade, na Idade Moderna e na contemporaneidade	20
11. Da formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços na compreensão das relações de poder que determinam territorialidades, observando o papel geopolítico dos Estados-nações	21
12. Das relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, assim como o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades	21
13. Das relações sociais de trabalho ao longo da história, seus impactos técnicos, tecnológicos e informacionais em diferentes contextos histórico-sociais e de sua importância para a cidadania	22
14. Dos movimentos populacionais e de mercadorias no tempo e no espaço, tendo em vista os significados históricos para as diferentes populações.....	23
15. Dos objetos de conhecimentos e princípios das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008	24
16. Dos aspectos mais marcantes da relação entre europeus e comunidades indígenas das Américas, frente à expropriação das terras destes e de seus valores culturais e sociais	24
17. Da contribuição dos africanos nas sociedades coloniais, destacando as culturas, práticas religiosas, trajetórias de vida, relações de dependência e subordinação, lutas e resistências antes e depois da escravidão na sociedade brasileira	25
18. Das demandas e os protagonismos políticos, sociais e culturais dos povos indígenas e das populações afrodescendentes (incluindo os quilombolas) no Brasil contemporâneo, considerando a história das Américas e o contexto de exclusão e inclusão desses grupos na ordem social e econômica hodierna	31
19. Da historicidade dos princípios da Declaração dos Direitos Humanos, recorrendo às noções de justiça, igualdade e fraternidade de forma a compreender progressos e entraves à concretização desses direitos nas diversas sociedades da contemporaneidade.....	32

Bibliografia Livros e Artigos

1. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 47
2. BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002..... 47
3. BURKE, Peter (org.). A escrita da história: novas perspectivas. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2011..... 48
4. DANAGA, Amanda Cristina; PEGGION, Edmundo Antônio. Povos indígenas em São Paulo: novos olhares. São Carlos: EDUFSCAR, 2016..... 49
5. FRANCO JUNIOR, Hilário. A Idade Média: nascimento do Ocidente. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001 49
6. JULIA, Dominic. A cultura escolar como objeto histórico. Revista Brasileira de História da Educação, São Paulo, v. 1, n. 1, jan./jun. 2001. 50
7. MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. O negro no Brasil de hoje. São Paulo: Global, 2016. 59
8. NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). A matriz africana no mundo. São Paulo: Selo Negro, 2008..... 59

Publicações Institucionais

1. SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Currículo paulista. São Paulo: SEDUC, [2019]. p. 451–488 69
2. SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Currículo paulista: etapa ensino médio. São Paulo: SEDUC, 2020. p. 167–178, 229–239, 257–262, 271–277, 286–294 69

CONHECIMENTOS

DAS CORRENTES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA HISTÓRIA E DA HISTORIOGRAFIA, VISANDO COMPREENDER A HISTORICIDADE DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E DE SEUS CONCEITOS E NARRATIVAS

São diversas as formas de historiografia, ou seja, de se registrar a história. A essas formas denominamos *escolas historiográficas*, e cada uma tem uma interpretação diferente a respeito dos fatos passados a partir das fontes. Elas podem ser marxistas, positivistas ou Escola de Annales.

A Historiografia Marxista, também conhecida como Materialismo Histórico, apresenta a perspectiva marxista da percepção do passado. Ela teve em sua origem na influência do filósofo alemão George Wilhelm Hegel (1770-1831), cuja teoria inaugurou uma linha de pensamento que teve grande impacto sobre história da humanidade, sobretudo, no século XX. A partir das noções de dialética de Hegel, Karl Marx (1818-1833) passou a reconhecer o papel do homem como sujeito da história e, com isso, as massas adquiriram enorme relevância nos acontecimentos que marcaram a História. A corrente de pensadores e teóricos que adotam o paradigma interpretativo de Marx considera a vida em sociedade com base na luta de classes. Além disso, essa vertente está profundamente relacionada ao socialismo, pois manifesta ideias antagônicas ao sistema capitalista, estimulando o conflito de classes, assim como o embate entre as forças produtivas e a acumulação material.

A escola historiográfica positivista teve sua origem nas teorias do filósofo Conde de Saint Simon (1760-1825). Segundo essa perspectiva, existe a humanidade está em constante evolução, nunca, portanto, vindo a regredir. A corrente positivista abrange a própria história, no que diz respeito aos feitos da humanidade, e é responsável, também, pelo surgimento da Sociologia. A frase gravada na bandeira do Brasil, “Ordem e Progresso”, faz referência à constante evolução, demonstrando a influência das teorias positivistas nos símbolos nacionais brasileiros.

O movimento historiográfico denominado Escola dos Annales teve origem no início do século XX, na França. Os paradigmas de se pensar e redigir sobre os fatos passados conquistaram um progresso significativo já no século XVIII, momento em que a História começou a ser considerada ciência. Assim, a historiografia sofreu muitas transformações metodológicas, que introduziram novos tipos de estudo levaram a um conhecimento mais amplo da realidade passada.

A historiografia passou por grandes modificações em sua metodologia, que permitiram maior conhecimento do cotidiano do passado, através da incorporação de novos tipos de fontes de pesquisa. Porém, somente muitos anos depois, mais especificamente em 1930, uma nova corrente historiográfica surgiria. No início, a proposta era combater a perspectiva positivista do registro da História, corrente que vinha predominando até então. Com base

nessa nova perspectiva, os fatos históricos passariam a ser registrados como uma crônica de eventos. Esse novo paradigma se propunha a substituir as visões sintéticas precedentes por estudos de processos de duração prolongada, com o objetivo de levar a um entendimento mais amplo e elaborado civilizações passadas.

DAS DIFERENTES FONTES HISTÓRICAS E LINGUAGENS COMO FERRAMENTAS DE APOIO E SUPORTE PARA O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO COTIDIANO DE SALA DE AULA

História e suas fontes

História é a ciência humana que estuda o desenvolvimento do homem no tempo. A História analisa os processos históricos, personagens e fatos para poder compreender um determinado período histórico, cultura ou civilização. Entender o passado também é importante para a compreensão do presente. O grego Heródoto, que viveu no século V a.C é considerado o “pai da História” e primeiro historiador, pois foi o pioneiro na investigação do passado para obter o conhecimento histórico.

A palavra História tem origem no antigo termo grego “historie”, que significa “conhecimento através da investigação”.

Fontes históricas são os instrumentos que o historiador utiliza para estudar a história. As fontes históricas são categorizadas em: documentos escritos, fontes materiais, relatos orais, visuais e audiovisuais.

Fontes ou documentos escritos: são as fontes históricas mais comumente utilizadas pelos historiadores.

Trazem informações escritas em certidões, cartas, testamentos, jornais, letras de músicas, livros, receituários, discursos, diários, autobiografias, revistas, textos de órgãos públicos, religiosos e de empresas. Em geral, encontram-se guardados em arquivos universitários e governamentais, igrejas, cartórios, centros de documentos de empresas ou em coleções particulares.

Fontes materiais: são os vestígios materiais, os objetos. Sinais que o homem deixa pelos lugares por onde passa, que podem ser vistos em vários sítios arqueológicos abertos à visitação pública ou em museus especializados. Exemplos: cerâmicas com elementos femininos, pedras talhadas e polidas, sambaquis (grandes concheiros formados por restos de mariscos e que, às vezes, podem atingir vários metros de altura; apresentam vestígios de enterramentos, mas também podem conter objetos de pedra em forma de animais, os zoólitos), móveis, utensílios, indumentárias etc.

Fontes ou relatos orais: são os registros feitos a partir de entrevistas, que podem ser gravadas ou escritas, com pessoas que participaram de acontecimentos do passado ou os testemunharam.

Fontes visuais ou iconográficas: são imagens, pinturas, fotografias, anúncios de publicidade e outros, sempre importantes como fontes históricas informativas de épocas, pessoas e das sociedades nas quais foram produzidos.

Fontes audiovisuais e musicais: nesta categoria, encontram-se o cinema, a televisão e os registros sonoros em geral.

DE DIFERENTES E MÚLTIPLAS TEMPORALIDADES – TEMPO SOCIAL, TEMPO CRONOLÓGICO E TEMPO HISTÓRICO – DENTRO DE UM MOVIMENTO DIALÉTICO COM RITMOS VARIADOS E SIMULTÂNEOS DE TEMPO NO DECORRER DA HISTÓRIA QUE EXPRESSAM A DIVERSIDADE DAS EXPERIÊNCIAS HUMANAS, POR MEIO DE SUAS MÚLTIPLAS MANIFESTAÇÕES

O tempo é uma noção essencial para a existência humana. Os povos primitivos definiram a contagem do tempo com base na observação assídua dos fenômenos da natureza. Assim, as primeiras orientações de contagem do tempo estabeleciam que o dia e a noite, o posicionamento dos astros, a oscilação das marés, as fases lunares, ou mesmo a crescimento das plantas podiam fornecer a noção do quanto tempo tinha se passado. De fato, são diversos os critérios para esse cálculo.

Na História, a contagem do tempo sofreu variações diversas conforme o período e o povo. As primeiras sociedades utilizavam os ciclos da natureza, seus costumes e suas crenças como referência para construir seus calendários. Assim, os anuários não são os mesmos em todas as regiões do mundo. Do mesmo modo, existem diferentes formas de se considerar a passagem do tempo, seja pela perspectiva social, pela cronologia das atividades humanas ou pelos marcos históricos.

O tempo social predominante é aquele que possibilita que uma sociedade cumpra as ações fundamentais para a produção dos meios garantidores sua sobrevivência, permitindo a criação, a expressão, a efetivação renovação de seus valores essenciais.

O tempo cronológico é o tempo marcado pelas ações da vida humana, como o nascimento, o desenvolvimento, a ida aos lugares, etc. Em outras palavras, é o tempo que pode ser medido pela duração da atividade humana, a marcação do tempo em minutos, horas, dias, meses, anos, décadas, séculos, milênios.

O tempo histórico diz respeito aos fatos que marcam um povo, uma nação, ou até mesmo a humanidade em geral. É o tempo utilizado pelos historiadores pra determinar que um dado tempo se distingue de outro. Como marcos que compõem o tempo histórico podemos citar uma revolução, as construções de grandes obras o mesmo uma guerra.

Assim, nem sempre há correspondência exata entre os tempos cronológicos e históricos, pois há sociedades e civilizações que vivem diferentes épocas históricas no mesmo tempo cronológico. É o que ocorre, por exemplo, em nossa sociedade atual que, apesar de totalmente informatizada, contempla povos que sequer conhecem essa tecnologia. Ainda no interior dessa sociedade informatizada, os níveis de conexão aos quais as pessoas têm acesso não são os mesmos.

A despeito das muitas diferenças que cercam os tempos histórico e cronológico, os historiadores fazem uso da cronologia do tempo para estruturar a construção de suas narrativas. Paralelamente, dado que a organização do tempo cronológico pode ocorrer por referenciais diversas, o tempo histórico também estão

sujeitos a variações conforme a sociedade e os critérios que apresentem relevância para o pesquisador dos fatos remotos. Posto isso, os dois tipos de tempo têm importância fundamentais para que a humanidade organize sua existência.

DA HISTÓRIA E SEUS PARADIGMAS PARA ALÉM DA PERIODIZAÇÃO TRADICIONAL – DENTRO DAS MODALIDADES TEMPORAIS (HISTÓRIA ANTIGA, MEDIEVAL, MODERNA E CONTEMPORÂNEA) E ESPACIAIS (HISTÓRIA DA ÁFRICA, ORIENTE, EUROPA, AMÉRICA E DO BRASIL) – PROBLEMATIZANDO TEMAS E RESSIGNIFICANDO A INTERPRETAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

A tradicional divisão da História em períodos foi originada pelos historiadores da Europa visando à simplificação da pesquisa e do entendimento da História. Esses períodos foram denominados idades, conceito esse que passou a ser empregado para definir esses períodos segmentados conforme os aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais moderadamente estáveis. Assim, inicialmente, tem-se a Idade da Pedra e a Pré-História; em seguida, tem-se a Idade Antiga, a Idade Média, a Idade Moderna e a Idade Contemporânea. Essa forma de periodizar a História compreende somente os fatos sucedidos no continente europeu ou relacionados a ele, desconsiderando os outros povos e civilizações ao redor do mundo.

As principais periodizações

Era Antiga

Apesar da organização histórica europeia como conhecemos, os imperadores da China, os reis da Suméria e os faraós do Egito já dividiam seus relatos sobre o passado em dinastias e reinados. Isso significa que, desde a Antiguidade, a organização da História em períodos ou idades já existia. Por exemplo, na Grécia, a História estava segmentada em Idade do Ouro, Idade da Prata, Idade do Bronze, Idade Heróica e Idade do Ferro. Outra periodização antiga é a cristã, criada por Santo Agostinho, no século V, e que consistia na chamada Seis Idades do Mundo, que compreendiam, deste a criação do Homem (Adão e Eva, até o fim dos tempos e o Julgamento final. Essa divisão agostiniana remanesceu durante a Idade Média, e somente veio a declinar a partir do XVIII, com a ascensão do Iluminismo.

Humanista (tripartite)

A perspectiva medieval teocentrista foi rompida pelo pensamento antropocêntrico humanista, que alçou ao centro da História a figura do Homem. Entre os principais marcos dessa periodização, podemos citar três características: 1) a ideia do século como a entendemos hoje (até então, a palavra era utilizada para se referir ao cotidiano); 2) concepção depreciativa da Idade Média, que passou a ser chamada de “idade das trevas”, pois era vista como uma era marcada pelo obscurantismo; 3) a divisão tripartite da História em Idade Antiga, Idade Média e Idade Moderna, inventada pelo historiador alemão Christoph Cellarius (1638-1707).

Idade Contemporânea

As revoluções industrial e francesa impactaram profundamente a concepção de Cellarius de Idade Moderna. Se moderno quer dizer recente, nada haveria de mais moderno do que todo

aquele progresso provocado pelos últimos acontecimentos. Diante dessa problemática, começou-se a se falar em Idade Contemporânea.

Outras periodizações

O antropólogo Lewis Henry Morgan (1818-1881) classificou a história em três momentos: selvageria, barbárie e civilização. Karl Marx, no século XIX, juntamente com o revolucionário Friedrich Engels (1820-1895), propôs uma periodização fundamentada nos modos de produção, que são comunismo primitivo, modo de produção escravo, modo de produção feudal, modo de produção capitalista e comunismo (futuro).

Por último, no fim da década de 1960, o filósofo Marshall McLuhan (1911-1980) propôs a classificação dos períodos históricos em Era da Mecanização sucedida pela Era da Eletricidade, às quais outros historiadores incorporaram a Era do Plástico, a Era do Automóvel e a Era da Informação. Ainda que sob muitas contestações, esse modelo, denominado periodização quadripartite, permanece ativo.

Contestações

O argumento de que é necessário ir além da periodização tradicional repousa no fato de que é inviável validá-la para uma extensa área de culturas e povos, e estabelecer um dado fato como marco para o fim de um período e início de uma nova era.

A periodização tripartite (Idade Antiga, Idade Média e Idade Moderna) não é aplicável aos povos estrangeiros ao continente europeu (visto que é eurocêntrica), deixando de lado as histórias da África, da Ásia e dos países do Oriente. A História do Brasil, bem como a de outros países da Américas foi grandemente impactada pelos acontecimentos observados e vivenciados pelo chamado Velho Mundo, época em que a Europa era a uma grande potência mundial. Já a divisão tradicional acompanha o calendário cristão, dividindo-se em “antes de Cristo” e “depois de Cristo”, e este calendário não é parâmetro para os muçulmanos, por exemplo, e para outros povos arredor do mundo.

Para muitos historiadores, como o francês Jean Chesneaux (1922-2007), a divisão quadripartite, por exemplo, favorece a função dos povos e culturas ocidentais na história mundial, e minimiza a presença e a atração das civilizações não europeias no processo de evolução da humanidade.

Outra crítica a essa classificação dos marcos históricos diz respeito à denominação de Pré-História. Essa expressão que literalmente quer dizer “antes da História” transmite a noção equivocada de uma época “sem História” — opor natureza, o Homem é um ser histórico. Além disso, a escrita teve sua origem sob modos diversos em todo o mundo, e em épocas distintas para cada civilização. Outro argumento contrário à periodização tradicional é que o princípio da História não tem escrita como único determinante. Grandes civilizações foram desenvolvidas a partir de sociedades sem descrita, chamadas ágrafas. Toda periodização é considerada um tanto arbitrária, diante das características de continuidade e não generalização que compõem a História. Não há um ano exato de começo e término de nenhum período histórico, pois as mudanças históricas não ocorrem de forma repentina.

DOS PATRIMÔNIOS: HISTÓRICOS, NATURAIS, CULTURAIS (MATERIAIS E IMATERIAIS), QUE REPRESENTAM CONHECIMENTOS, VALORES, CRENÇAS E PRÁTICAS DE DIFERENTES SOCIEDADES INSERIDAS NO TEMPO E NO ESPAÇO

Denomina-se Patrimônio Histórico, Natural ou Cultural a totalidade de bens apreciados como interesse público, seja por sua relação com os fatos marcantes da História de um país, seja por seu incalculável valor etnográfico, arqueológico (natural), artístico ou bibliográfico (cultural). O Patrimônio Histórico é composto por bens naturais ou materiais que foram concebidos e conservados no decorrer da passagem do tempo.

Patrimônio material é a coleção de bens concretos (tangíveis) que integra o patrimônio histórico-cultural. Compreende a soma das estruturas, obras, elementos e espaços físicos cujos valores e importância históricas, sociais e culturais fazem da salvaguarda desses bens um interesse nacional. No Brasil, o órgão responsável por essa preservação é o Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Patrimônio imaterial, também denominado patrimônio intangível, é a definição empregada por muitos países e organizações internacionais como complementação à noção de patrimônio material na elaboração e direcionamento de políticas protetivas e preventivas dos patrimônios culturais, de acordo com uma visão relativista e antropológica dos bens culturais. O conceito abrange todo o referencial simbólico das formas sociais e culturais de criação, transmissão e exercício contínuo das tradições e dos hábitos elementares para a constituição das identidades dos grupos, das comunidades, das divisões sociais, dos povos e das nações.

No Brasil, a Constituição Federal de 1998 é a fundamentação legal para as políticas de patrimônio cultural imaterial. No documento, mais especificamente no artigo no 216, estão relacionados desde sítios arqueológicos, construções urbanísticas, obras arquitetônicas e artísticas (patrimônio material), até as manifestações de caráter imaterial, como os conhecimentos da cultura popular, as celebrações, as práticas religiosas, os artesanatos, a literatura oral, as línguas bebidas e as comidas, as músicas e as danças.

DA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INDIVIDUAL E COLETIVA COMO RECONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES, EXPERIÊNCIAS VIVIDAS NO PASSADO E DIREITO À CIDADANIA, DIFERENCIANDO DA MEMÓRIA OFICIAL DE CAMADAS PRIVILEGIADAS EM DIVERSAS SOCIEDADES HISTORICAMENTE SITUADAS

A preservação da memória individual e da memória coletiva é importante porque elas constituem fontes históricas ou instrumentos úteis para o estudo do passado e a escrita da história. Por meio dessas memórias, é possível chegar ao conhecimento dos fatos com base em relatos e, com isso, salvaguardar a cultura, os saberes populares, enfim, essas memórias possibilitam a preservação e a perpetuação da História de um povo ou de uma sociedade.

BIBLIOGRAFIA LIVROS E ARTIGOS

ALENCASTRO. LUIZ FELIPE DE. O TRATO DOS VIVENTES: FORMAÇÃO DO BRASIL NO ATLÂNTICO SUL. SÃO PAULO: COMPANHIA DAS LETRAS, 2000.

A obra “O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul”, escrita por Luiz Felipe de Alencastro e publicada em 2000 pela Companhia das Letras, trata da formação do Brasil a partir de um ponto de vista pouco explorado pela historiografia tradicional, que é a análise do papel do Atlântico Sul na formação do país. A seguir, serão apresentados um resumo da obra e os principais temas e discussões abordados pelo autor.

— Resumo da obra

A obra “O Trato dos Viventes” tem como objetivo analisar a formação do Brasil a partir de uma perspectiva que considera o Atlântico Sul como uma região crucial para a história do país. O autor apresenta a tese de que o Brasil foi formado a partir do trato dos viventes, isto é, a negociação e o convívio entre diferentes grupos sociais que habitavam o território brasileiro e as nações europeias que disputavam o controle do comércio na região do Atlântico Sul.

— Temas e discussões principais

- A importância do Atlântico Sul para a formação do Brasil Alencastro defende que a história do Brasil não pode ser compreendida sem uma análise da região do Atlântico Sul, que foi fundamental para o desenvolvimento da economia e da sociedade brasileira.

- O trato dos viventes como estratégia de convivência O autor utiliza o conceito de trato dos viventes para se referir à negociação e à convivência entre diferentes grupos sociais que habitavam o território brasileiro e as nações europeias que disputavam o controle do comércio na região do Atlântico Sul. Essa estratégia de convivência foi fundamental para a formação do Brasil.

- A participação dos povos indígenas na formação do Brasil Alencastro destaca a importância dos povos indígenas na formação do Brasil e na construção de uma sociedade multicultural e plurirracial.

- A escravidão africana e o comércio de escravos O autor analisa o papel da escravidão africana na formação do Brasil e discute o comércio de escravos que foi realizado durante séculos no Atlântico Sul.

- A formação de uma sociedade multicultural e plurirracial Alencastro destaca a formação de uma sociedade multicultural e plurirracial como resultado do trato dos viventes e da convivência entre diferentes grupos sociais no Brasil.

— O que é o trato dos viventes?

Um dos temas centrais da obra é a ideia de “trato dos viventes”, que se refere às práticas de comércio, escravidão e colonização que se estabeleceram na região ao longo dos séculos XVI e XVII. De

acordo com Alencastro, o “trato dos viventes” é uma expressão que define o modo como as relações entre europeus, africanos e indígenas foram construídas naquele contexto histórico.

O autor destaca que as relações comerciais que se estabeleceram no Atlântico Sul foram fundamentais para a formação da economia brasileira, mas também tiveram profundas implicações sociais e culturais. A escravidão, por exemplo, foi uma das principais formas de exploração do trabalho na região, e deixou marcas profundas na sociedade brasileira até os dias de hoje.

Além disso, o livro discute também as relações políticas que se estabeleceram na região, mostrando como as disputas entre as potências europeias (Portugal, Espanha, Holanda, Inglaterra) influenciaram a construção do Brasil enquanto país.

Em suma, “O Trato dos Viventes” é uma obra fundamental para quem deseja compreender a formação do Brasil a partir de uma perspectiva ampla e crítica, que leva em conta as complexas relações estabelecidas entre Portugal, África e América. Sua leitura é de grande importância para estudantes e profissionais de história, sociologia, antropologia e outras áreas afins, além de ser um convite à reflexão sobre as raízes históricas das desigualdades e injustiças presentes na sociedade brasileira.

BLOCH, MARC. APOLOGIA DA HISTÓRIA OU O OFÍCIO DO HISTORIADOR. RIO DE JANEIRO: JORGE ZAHAR, 2002.

“Apologia da História ou o Ofício do Historiador” é uma obra do historiador francês Marc Bloch, publicada originalmente em 1941, pouco antes de sua morte durante a Segunda Guerra Mundial. O livro é uma reflexão sobre o papel da história e do historiador na sociedade, e tem como objetivo mostrar que a história não é uma ciência neutra, mas sim um instrumento de compreensão do mundo e de transformação da realidade.

— Resumo da obra

O livro é dividido em duas partes principais. Na primeira parte, Bloch aborda a importância da história como disciplina e do trabalho do historiador. Ele defende que a história não é apenas um relato do passado, mas uma ciência viva que busca compreender as sociedades e as culturas em suas complexidades e transformações. Para isso, o historiador precisa ser rigoroso, crítico e ter um conhecimento interdisciplinar.

Na segunda parte, Bloch discute o papel do historiador na sociedade e as relações entre a história e a política. Ele critica o uso político da história, mostrando como ela pode ser manipulada para justificar regimes autoritários e guerras. Ao mesmo tempo, Bloch defende que a história tem um papel fundamental na formação da consciência crítica dos cidadãos, na defesa da liberdade e na luta contra a opressão.

— Principais temas e discussões

Um dos principais temas abordados na obra é a relação entre a história e a sociedade. Bloch defende que a história é uma ciência social que tem como objetivo compreender as sociedades humanas em sua complexidade. Para isso, o historiador precisa ter uma visão interdisciplinar, levando em conta não apenas os fatos, mas também as estruturas sociais, as culturas e as mentalidades.

Outro tema importante é a relação entre a história e a política. Bloch critica o uso político da história, mostrando como ela pode ser manipulada para justificar regimes autoritários e guerras. Ao mesmo tempo, ele defende que a história tem um papel fundamental na formação da consciência crítica dos cidadãos, na defesa da liberdade e na luta contra a opressão.

O livro também discute o papel do historiador na sociedade. Bloch mostra que o trabalho do historiador não se limita a uma simples coleta de fatos, mas envolve uma reflexão crítica sobre a sociedade e a cultura. Ele defende que o historiador deve ser um intelectual comprometido com a transformação da realidade.

“Apoloia da História ou o Ofício do Historiador” é uma leitura fundamental para estudantes e profissionais que desejam se aprofundar no estudo da história e compreender o papel do historiador na sociedade. A obra apresenta uma reflexão crítica sobre a história como ciência e como instrumento de transformação social, o que pode ser muito útil para quem deseja se preparar para concursos públicos na área de história ou ciências sociais em geral. Além disso, a leitura da obra pode ajudar o estudante a desenvolver uma visão crítica sobre o uso político da história e a importância da formação de uma consciência crítica nos cidadãos.

BURKE, PETER (ORG.). A ESCRITA DA HISTÓRIA: NOVAS PERSPECTIVAS. 2. ED. SÃO PAULO: UNESP, 2011

O livro “A Escrita da História: Novas Perspectivas”, organizado por Peter Burke, reúne uma coletânea de textos que discutem as mudanças e inovações no campo da historiografia. O livro é importante para estudantes e profissionais da área, pois apresenta uma visão crítica e reflexiva sobre os métodos, fontes e interpretações históricas.

— Resumo da obra

O livro “A Escrita da História: Novas Perspectivas” é composto por 15 ensaios de diferentes autores que discutem a escrita da história a partir de novas perspectivas. Cada ensaio apresenta uma reflexão sobre um tema específico, como as mudanças nas fontes históricas, o uso da literatura na construção da história, a relação entre a história e a memória, entre outros.

O livro é organizado em três partes principais: “O que é história?”, “Como se escreve a história?” e “A história em mudança”. Cada parte contém ensaios que abordam diferentes questões relacionadas ao tema.

— Temas e discussões

A primeira parte do livro, “O que é história?”, apresenta reflexões sobre a definição de história e seu papel na sociedade. Os ensaios discutem a importância da história na formação da identidade de um povo, na compreensão do passado e na construção do presente.

A segunda parte, “Como se escreve a história?”, aborda as mudanças nos métodos e fontes utilizados pelos historiadores. Os ensaios discutem a utilização de novas tecnologias na pesquisa histórica, o uso da literatura na construção da história, a análise de imagens e a relação entre a história e outras disciplinas, como a antropologia e a sociologia.

A terceira parte, “A história em mudança”, apresenta reflexões sobre as mudanças na forma como a história é escrita e compreendida. Os ensaios discutem a relação entre a história e a memória, as novas formas de narrativa histórica e as críticas ao historicismo.

Os ensaios apresentados na obra são de autores renomados no campo da historiografia, o que confere credibilidade e relevância aos temas abordados. Dessa forma, a leitura da obra é fundamental para a formação de uma visão crítica e reflexiva sobre a escrita da história.

— O tema do livro e sua importância

“A Escrita da História: Novas Perspectivas” é um livro fundamental para a compreensão das mudanças e inovações no campo da historiografia. A obra apresenta reflexões críticas sobre os métodos, fontes e interpretações históricas, além de discutir o papel da história na sociedade.

• A escrita da história como processo político

Outro tema central do livro é a escrita da história como processo político. Os autores destacam que a história não é uma narrativa neutra e objetiva dos fatos, mas sim uma construção social e política, influenciada pelas ideologias, valores e interesses do momento histórico em que é produzida.

Nesse sentido, a obra discute as relações entre poder e história, evidenciando como a escrita da história muitas vezes é utilizada como instrumento de dominação e legitimação de ideologias e regimes políticos.

• A importância da pluralidade de perspectivas

Uma das principais contribuições do livro é a defesa da pluralidade de perspectivas na escrita da história. Os autores destacam a importância de se considerar múltiplas fontes e interpretações na produção histórica, buscando uma abordagem mais ampla e democrática.

Nesse sentido, a obra apresenta diversas abordagens teóricas e metodológicas, como a história oral, a história das mentalidades, a história cultural e a história das mulheres, entre outras, que ampliam a compreensão da história como um todo.

Em virtude da relevância das discussões apresentadas na obra “A Escrita da História: Novas Perspectivas”, é fundamental que estudantes e profissionais busquem o livro na íntegra para completar seus estudos.

A leitura da obra proporciona uma ampla reflexão sobre a escrita da história, bem como apresenta abordagens teóricas e metodológicas importantes para a compreensão do passado e do presente. Além disso, a pluralidade de perspectivas abordadas na obra estimula o desenvolvimento de um pensamento crítico e a reflexão sobre a importância da escrita da história para a construção de uma sociedade mais democrática e justa.

DANAGA, AMANDA CRISTINA; PEGGION, EDMUNDO ANTÔNIO. POVOS INDÍGENAS EM SÃO PAULO: NOVOS OLHARES. SÃO CARLOS: EDUFSCAR, 2016.

A obra “Povos Indígenas em São Paulo: Novos Olhares” é uma coletânea de textos organizada por Amanda Cristina Danaga e Edmundo Antônio Peggion, publicada em 2016 pela Editora da Universidade Federal de São Carlos (EDUFSCAR). O livro tem como objetivo trazer novas perspectivas sobre a história, a cultura e as lutas dos povos indígenas que habitam o estado de São Paulo.

— Resumo da obra

O livro é composto por dezesseis artigos escritos por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, como antropologia, história, linguística e direito, que apresentam uma abordagem interdisciplinar e atualizada sobre os povos indígenas em São Paulo. A obra é dividida em três partes: “História e Política Indigenista”, “Língua e Cultura” e “Território e Direitos”.

Na primeira parte, os autores discutem as políticas indigenistas no Brasil e em São Paulo, desde a colonização até os dias atuais, apresentando uma análise crítica sobre o papel do Estado na relação com os povos indígenas. Já na segunda parte, são abordados temas como a diversidade linguística e a importância da preservação e revitalização das línguas indígenas, além da relação entre a cultura e a identidade dos povos originários.

Por fim, a terceira parte do livro trata dos direitos territoriais e a luta pela demarcação de terras indígenas em São Paulo, além de apresentar estudos de caso sobre o processo de retomada de terras e a gestão territorial pelos próprios povos.

— Temas e discussões principais

Entre os temas principais abordados pelos autores, destacam-se a história dos povos indígenas em São Paulo, a política indigenista, a diversidade linguística, a relação entre a cultura e a identidade, a luta pela demarcação de terras e os direitos territoriais dos povos indígenas.

Os artigos apresentam uma análise crítica sobre as políticas públicas voltadas aos povos indígenas, evidenciando as lacunas e os desafios que ainda precisam ser enfrentados. Além disso, a obra enfatiza a importância da valorização e preservação da diversidade cultural e linguística dos povos indígenas, assim como o respeito aos seus direitos territoriais.

O tema central da obra é a situação dos povos indígenas que habitam o estado de São Paulo. A partir de uma perspectiva interdisciplinar, os autores apresentam uma análise crítica sobre a história, a cultura e a luta desses povos, abordando temas como a relação dos povos indígenas com o meio ambiente, as políticas públicas voltadas para a garantia de seus direitos, as práticas culturais e a resistência frente às violações sofridas ao longo dos séculos.

Os autores destacam a importância de se compreender a história e a realidade dos povos indígenas, bem como suas lutas e conquistas, para que se possa construir uma sociedade mais justa e igualitária, que respeite a diversidade cultural e garanta os direitos dessas populações.

- A história dos povos indígenas em São Paulo

Os autores apresentam um panorama histórico da presença dos povos indígenas em São Paulo, desde o período pré-colonial até os dias atuais, destacando os conflitos e as violências sofridas por esses povos ao longo dos séculos, bem como suas lutas e resistências.

- Cultura e práticas indígenas em São Paulo

A obra também aborda as práticas culturais dos povos indígenas em São Paulo, como suas formas de organização social, suas línguas e seus saberes tradicionais relacionados ao meio ambiente. Os autores ressaltam a importância de se valorizar e preservar essa diversidade cultural, reconhecendo-a como um patrimônio cultural da humanidade.

- Políticas públicas e direitos indígenas em São Paulo

Os autores apresentam as políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos dos povos indígenas em São Paulo, analisando sua efetividade e os desafios enfrentados na implementação dessas políticas. Também são discutidas as violações sofridas pelos povos indígenas, como a perda de suas terras, a violência e o preconceito, e a importância de se garantir a proteção desses povos e seus direitos.

— Importância do livro para concursos públicos

A obra “Povos Indígenas em São Paulo: Novos Olhares” é uma leitura fundamental para estudantes e profissionais que desejam se aprofundar na história e na realidade dos povos indígenas em São Paulo, bem como compreender as políticas públicas e os desafios enfrentados na garantia de seus direitos. Para aqueles que desejam prestar concursos públicos na área de assistência social, educação, meio ambiente e outras áreas relacionadas aos povos indígenas, o livro se mostra uma fonte importante de informação e reflexão crítica sobre as questões indígenas em São Paulo e no Brasil.

Em resumo, “Povos Indígenas em São Paulo: Novos Olhares” é uma obra que apresenta uma análise crítica e interdisciplinar sobre a história, a cultura e a luta dos povos indígenas que habitam o estado de São Paulo. A obra se mostra fundamental para quem deseja compreender a realidade desses povos, suas lutas e desafios, bem como para aqueles que desejam prestar concursos públicos na área de assistência social, educação, meio ambiente e outras áreas relacionadas aos povos indígenas.

FRANCO JUNIOR, HILÁRIO. A IDADE MÉDIA: NASCIMENTO DO OCIDENTE. 2. ED. SÃO PAULO: BRASILIENSE, 2001

A obra “A Idade Média: Nascimento do Ocidente” escrita por Hilário Franco Junior e publicada em sua segunda edição no ano de 2001 pela Editora Brasiliense, apresenta uma análise sobre o período medieval na história da Europa, enfocando os fatores culturais, políticos e sociais que levaram ao surgimento do Ocidente.

— Resumo da obra

Em seu livro, Franco Junior parte da perspectiva de que o período medieval não foi uma época de estagnação cultural e política, mas sim um período de transição e desenvolvimento que criou as bases para o mundo moderno. Ele defende que a Idade Média foi um momento importante de mudanças e progresso, uma época de crescimento e renovação.

SÃO PAULO (ESTADO). SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. CURRÍCULO PAULISTA. SÃO PAULO: SEDUC, [2019]. P. 451–488

O Currículo Paulista: etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental é um documento oficial da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo que tem como objetivo orientar as práticas pedagógicas nas escolas paulistas. O documento está dividido em diferentes áreas de conhecimento e apresenta as competências, habilidades e objetivos de aprendizagem que devem ser trabalhados em cada etapa da educação básica.

Na seção de História, que compreende as páginas 451 a 488 do documento, são apresentados os objetivos de aprendizagem para cada ano escolar, desde o primeiro ano do ensino fundamental até o nono ano. Além disso, são apresentadas as competências e habilidades que os alunos devem desenvolver ao longo de cada ano escolar e sugestões de atividades e conteúdos a serem trabalhados pelos professores.

O currículo de História tem como objetivo desenvolver nos alunos a capacidade de compreender e analisar os processos históricos, além de valorizar e respeitar a diversidade cultural e étnica do país. Dessa forma, busca-se contribuir para a formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade.

Para os estudantes que estão se preparando para concursos públicos que exigem conhecimentos de História do Brasil, é fundamental buscar o estudo do currículo paulista na íntegra, especialmente as páginas indicadas pelo edital. Isso porque o documento apresenta uma visão abrangente e atualizada dos conteúdos e habilidades que devem ser trabalhados no ensino de História na educação básica, o que pode ser muito útil para o estudante se preparar para a prova. Além disso, o currículo paulista é um documento oficial do Estado de São Paulo e, portanto, uma fonte de referência confiável para o estudo da História do Brasil.

SÃO PAULO (ESTADO). SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. CURRÍCULO PAULISTA: ETAPA ENSINO MÉDIO. SÃO PAULO: SEDUC, 2020. P. 167–178, 229–239, 257–262, 271–277, 286–294

O Currículo Paulista é um documento que define as diretrizes curriculares para as diferentes etapas de ensino na rede pública de São Paulo. Em relação ao Ensino Médio, o Currículo apresenta uma proposta pedagógica baseada em cinco áreas do conhecimento, incluindo Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Para a área de História, o Currículo Paulista traz diversas orientações e conteúdos que os estudantes devem aprender ao longo da sua formação. Esses conteúdos estão distribuídos em diferentes páginas do documento, como 167-178, 229-239, 257-262, 271-277 e 286-294.

Entre os temas abordados, destacam-se a história do Brasil e do mundo, as culturas e sociedades, as formas de organização política e econômica, as transformações sociais e as relações entre as diferentes regiões e povos. Além disso, o documento

propõe o desenvolvimento de habilidades e competências como análise crítica, interpretação de fontes históricas, compreensão de fenômenos sociais e políticos, e argumentação baseada em evidências.

Para os estudantes que desejam se preparar para concursos públicos que exijam conhecimentos de História, é fundamental buscar o estudo das páginas indicadas no Currículo Paulista, assim como complementar a leitura com outras fontes e materiais de estudo. Isso porque as questões de concurso costumam abordar temas relevantes da história do Brasil e do mundo, exigindo uma boa base de conhecimentos históricos e habilidades de análise e interpretação.

QUESTÕES

1. VUNESP - 2020

O documento “Currículo Paulista: etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental”, elaborado pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, tem como objetivo:

- (A) apresentar orientações pedagógicas para as escolas da rede pública do Estado de São Paulo.
- (B) estabelecer normas e diretrizes para a elaboração de projetos pedagógicos nas escolas da rede privada de ensino.
- (C) orientar o processo de avaliação dos estudantes das escolas públicas e privadas do Estado de São Paulo.
- (D) apresentar os conteúdos que deverão ser trabalhados em todas as áreas do conhecimento durante a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.
- (E) estabelecer a carga horária mínima de trabalho dos professores das escolas públicas e privadas do Estado de São Paulo.

2. VUNESP - 2019

De acordo com o “Currículo Paulista: etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental”, a proposta curricular da área de História tem como objetivo principal:

- (A) promover o conhecimento e a compreensão do tempo histórico e do desenvolvimento da sociedade em diferentes perí-

